



A comunicação comunitária na contramão da cidadania: o caso da Rádio São Francisco FM¹

Deliberador, Luzia M. Yamashita².
Lopes, Mariana Ferreira³.

Resumo

O presente trabalho apresenta como proposta a discussão da práxis da comunicação comunitária, por meio da análise da programação da Rádio São Francisco FM, situada em Maringá – PR. A partir de um levantamento bibliográfico acerca dos pressupostos da comunicação comunitária e do rádio como veículo comunitário, da análise da programação e de entrevistas com ouvintes, delinea-se o perfil da rádio São Francisco FM e sua não-caracterização como meio de comunicação comunitário, tendo em vista a contribuição para a construção da cidadania dos envolvidos, a participação efetiva da comunidade e o despertar de um sentimento de pertença.

Palavras-chave

Comunicação Comunitária – Rádio Comunitária – Cidadania – Participação – Pertença.

Introdução

A comunicação comunitária vem se configurando como uma importante alternativa ao monopólio midiático, dando voz aos setores excluídos dos grandes meios de comunicação e engendrando um processo de prática participativa e de mobilização social. Assim, a comunicação comunitária apresenta por norte difundir conteúdos ligados aos interesses da comunidade local – sem finalidade lucrativa, fazendo dos sujeitos protagonistas no processo comunicativo, direcionando para a democratização do acesso aos canais para comunicar-se, na posição de emissor de conteúdos.

No Brasil e na América Latina, as primeiras experiências em comunicação comunitária nasceram em um contexto de repressão ditatorial, com as experiências de cultura popular, da educação libertadora de Paulo Freire, dos movimentos sociais e seus centros de documentação e educação. Esses centros foram responsáveis pela produção

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Comunicação, Espaço e Cidadania, do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.

² Professora do curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da Universidade Estadual de Londrina e do curso de Jornalismo da Faculdade Maringá. Doutora em Ciência da Comunicação pela ECA/USP. E-mail: adeli@sercomtel.com.br

³ Graduada em Comunicação social pela Universidade Federal de Viçosa e aluna da Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da Universidade Estadual de Londrina. Email: flopes.mariana@gmail.com



de material impresso e audiovisual para os diferentes grupos, tais como operários, de alfabetização e de favelados.

Após quase 50 anos, proliferaram as práticas de comunicação comunitária, por meio de movimentos sociais, associações de bairro e entidades de terceiro setor. Contudo, é importante analisar se estas iniciativas, ao se intitularem como veículos comunitários, apresentam em seu cerne os pressupostos desta práxis, tais como a participação, o desenvolvimento da comunidade, a construção da cidadania e a mobilização social em torno de um propósito comum. Ou se por outro lado, apenas reproduzem o discurso dos grandes meios.

Desta forma, este artigo tem como finalidade analisar a programação de uma rádio comunitária da cidade de Maringá – PR, a rádio São Francisco de Assis FM (105,9), de acordo com as construções teóricas que embasam a comunicação comunitária, com o objetivo primeiro de discutir em que medida os conteúdos divulgados pela rádio despertam um sentimento de pertença à comunidade, contribuindo para a formação cidadã desses sujeitos.

Para tal, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do tema, a partir das discussões propostas sobre a comunicação comunitária. Assim como um estudo de caso sobre a rádio comunitária São Francisco FM e por fim, entrevistas com moradores da comunidade atendida pela rádio a fim de analisar a maneira como eles percebem a rádio como meio capaz de discutir a realidade do bairro.

Comunicação Comunitária, Participação e Cidadania.

A comunicação comunitária caracteriza-se como um processo de comunicação alternativo às práticas do monopólio midiático, visando à construção de um discurso próprio⁴, no qual são abordados conteúdos ligados aos interesses da comunidade local, propiciando aos indivíduos o papel de protagonistas no processo comunicativo, por meio de uma participação efetiva dos envolvidos. O veículo comunitário deve possuir “seu objetivo claro de mobilização vinculado ao exercício da cidadania”⁵, balizado em princípios públicos e possuir como interesse os assuntos diretamente ligados com o cotidiano do grupo social em questão, para além da função de prestação de serviços.

⁴ Paiva, 2003, p. 158

⁵ Paiva, 2003, p. 160



A proposta da comunicação comunitária passa necessariamente pela revisão do conceito de comunidade, bem como pela análise da possibilidade de inserção dessa estrutura na atualidade. Cidadania e solidariedade transformam-se em paradigmas que permitem imaginar uma ordem com objetivos diferentes da premissa econômica universalizante, esta mesma que pretende instaurar de maneira genérica a globalização.⁶

Assim, para a compreensão dos pressupostos da comunicação comunitária torna-se necessária a discussão do conceito de comunidade, que devido à sua pluralidade sónica como menciona Fernandes⁷, tal definição consiste em uma tarefa complexa. Tönnies, um dos principais pensadores acerca da distinção entre sociedade e comunidade, apresenta como principais elementos para a caracterização de uma comunidade: a compreensão, a vontade comum, o direito natural, a língua e a concórdia⁸. R.M Mac Iver e C. Page, por sua vez, salientam que na comunidade podem ser encontradas todas as relações sociais.

Onde quer que os membros de qualquer grupo pequeno ou grande, vivam juntos e de modo tal que partilhem, não deste ou de outro interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum, chamamos a esse grupo de comunidade. O que caracteriza uma comunidade, é que a vida de alguém *pode* ser vivida totalmente dentro dela.⁹

Para Mac Iver e Page, as bases da comunidade encontram-se na localidade – a relação entre a coesão social e a área geográfica – e o sentimento de comunidade – a partir de um sentimento de co-participação.

As definições apresentadas pelos autores clássicos supracitados, acerca da comunidade estão sendo repensadas com o advento das novas tecnologias da informação e da comunicação, sobretudo ao que se refere às demarcações territoriais.

O novo modo de comunicação, ao transformar radicalmente as dimensões do espaço e do tempo, também possibilitou a vivência de eventos simultâneos, sem a necessidade de se estar num mesmo lugar (...). Estamos falando do surgimento das chamadas comunidades virtuais, especificamente da era do ciberespaço, cuja experiência vem alterando dimensões até então consideradas fundantes dos conceitos de comunidade.¹⁰

⁶ Paiva, 2003, p. 120

⁷ Fernandes, 1971, p. 53

⁸ Tönnies, 1971, p. 102

⁹ Mac Iver e Page, 1971, p. 122

¹⁰ Peruzzo, 2002, p. 282



Peruzzo sugere, assim, a caracterização de uma comunidade, nos dias atuais, a partir dos seguintes pontos, que não necessitam serem todos encontrados simultaneamente: participação, sentimento de pertença, caráter cooperativo e de compromisso, confiança, identidades, reconhecer-se como comunidade, alguns objetivos e interesses comuns, bem estar social e ampliação da cidadania, interação, com ou sem lócus territorial específico e linguagem comum.

Ao que tange à comunidade, Ciro Marcondes Filho traz a seguinte definição: “na comunidade existe uma busca de realização de valores comuns e individuais. É em suma, o espaço da realização da individualidade que a sociedade nivelada e generalizadora renega”¹¹. Espaço este, que só se concretiza por meio da efetivação dos processos participativos¹². Segundo Bordenave¹³ para aprender a participar – saber *como* tomar parte - em uma instância macrossocial é necessário que haja uma educação para a participação que deriva das microparticipações. “Neste sentido, a participação na família, na escola, na comunidade, constituiria a aprendizagem e o caminho para a participação em nível macro numa sociedade onde não existam mais setores ou pessoas marginalizadas”¹⁴.

A participação efetiva da população nos processos comunicativos tendo como função a de “resposta prática às necessidades que tem a região de conhecer seus problemas”¹⁵, pressupõe dos indivíduos um sentimento de pertença à comunidade, com o objetivo de desenvolvê-la na medida em que constroem sua cidadania. Este sentimento, em contraponto com construção de um sujeito individualista permeado pela sociedade atomizada¹⁶, é o canal para possibilidade de atuação da cidadania,

Entre as diversas razões para a atualidade do termo cidadania, uma constitui o alicerce sobre qual e assentam as outras: a necessidade, nas sociedades pós-industriais, de gerar entre seus membros um tipo de identidade na qual reconheçam e que os façam sentir pertencentes a elas.¹⁷

¹¹ Marcondes Filho, 1987, p. 160

¹² Miani, 2006

¹³ Bordenave, 1983

¹⁴ Bordenave, 1983, p. 25

¹⁵ Cabezas apud Paiva, 2003, p. 158

¹⁶ Segundo Ilse Sherer-Warren (1993), no Brasil, a sociedade atomizada surge na complexidade da vida moderna em decorrência do êxodo rural, a escassez de tempo destinado às interações sociais, aos meios de comunicação de massa e a segregação urbana, gerando um processo de individualização crescente em que grandes ações políticas coletivas se enfraquecem.

¹⁷ Cortina, 2005, p. 16



Surge a esperança nas coletividades onde é presente o sentimento de pertença e justiça que possibilitam a coexistência mediada pela normatização das relações de convívio, na solidariedade e identificação entre os membros de um grupo, na compreensão e respeito mútuo, ou seja, na participação a uma comunidade. Poderíamos dizer em linhas gerais que a cidadania inclui: 1) direitos no campo da liberdade individual: liberdade, igualdade, locomoção e justiça; 2) direitos de participação no exercício do poder político: participação política em todos em todos os níveis: eleições, plebiscitos, participação em órgãos de representação (sindicatos, movimentos e associações); 3) direitos sociais: direito e igualdade de usufruir um modo de vida digno, através do acesso ao patrimônio social ligado ao consumo, ao lazer, condições e direito a leis do trabalho, à moradia, à educação, à saúde entre outros.

A participação da comunidade é fundamental para que ela se sinta envolvida e responsável pela busca de soluções para os problemas, tendo consciência que a cidadania não pode ser dada, mas sim deve ser conquistada, mas esta participação pode se dar de várias formas. É preciso buscar formas de incentivar a participação, mas é necessário que se entenda a realidade vivida para que a partir dela se faça a discussão de como transformar essa realidade e buscar a cidadania plena.

Desta forma, a comunicação comunitária, na medida em que “interliga, atualiza e organiza a comunidade e realiza os fins que ela se propõe”¹⁸, torna-se um canal para uma educação participativa.

Participando do processo de fazer rádio, jornal ou qualquer outra modalidade de comunicação comunitária vivenciam um processo educativo que contribui para a sua formação enquanto cidadãs. Passam a compreender melhor a realidade e o mundo que as cerca.¹⁹

A participação é um dos nortes da comunicação comunitária e um dos principais elementos que a diferencia da comunicação de massa. Este princípio está alicerçado no bojo da proposta de comunicação dialógica de Paulo Freire (1978), como resposta à desumanização das relações sociais. Segundo Freire, o diálogo entre os sujeitos é iminente para a emancipação dos envolvidos. A comunicação dialógica sugere a participação do outro como fator indispensável. Assim, a participação se reforça como um dos fundamentos da prática comunicativa alternativa ao discurso da mídia tida como

¹⁸ Marcondes Filho, 1987, p.160

¹⁹ Peruzzo, 2007 p.84.



hegemônica²⁰. O objetivo é de aproximar os indivíduos envolvidos nesse processo, para além de consumidores midiáticos ou ainda apenas uma forma de identificação do conteúdo proposto pelas mídias alternativas às suas realidades, no sentido que eles se transformem em sujeitos partícipes em todas as etapas dos processos comunicativos.

A prática participativa nos veículos comunitários pode acontecer em diferentes níveis, avaliados conforme o envolvimento da população, como nos apresenta Urtreras, *“la participación implica el involucramiento del pueblo em los procesos de producción, toma de decisiones; así como en la gestión y planificación de los sistemas de comunicación”*²¹. Peruzzo categoriza estes níveis da seguinte forma, “em suma, a participação popular pode se concretizar apenas como ouvinte, leitor ou espectador, ou significa tomar parte dos processos de produção, planejamento e gestão da comunicação”²². Para a autora, o envolvimento da população pode se concretizar nas seguintes etapas: no nível das mensagens, da produção de mensagens, da produção de programas, do planejamento global do meio de comunicação, ao nível da gestão global do meio de comunicação e ao nível do planejamento global dos meios de comunicação locais, regionais e nacionais. O grau de participação, a partir deste nivelamento, é crescente, partindo das fases iniciais como a opinião ou sugestão de um membro da comunidade em um determinado programa, até a etapa da participação-poder²³, na qual a população efetivamente toma parte da tomada de decisão.

Rádio Comunitária

Um dos meios que mais se difundem para a prática da comunicação comunitária é o rádio. Esses veículos são originados das experiências de alto falantes - as rádios do povo -, bem como das rádios livres que iniciaram suas atividades na Inglaterra e se difundiram pela Europa e pelos Estados Unidos. O termo rádio comunitária é uma expressão tipicamente brasileira, institucionalizada no I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias, em novembro de 1995, sendo definidas como aquelas que

²⁰ Hegemonia aqui é entendida a partir da conceituação de Gramsci apresentada por Paiva. “A idéia gramsciana de hegemonia permite vislumbrar a coexistência de outras determinações como a cultura, a produção da fantasia, a arte, a religião, a filosofia e a ciência que se articulam junto à política e à economia para a produção de um pensamento determinante e dominante. E, portanto, a questão da comunicação, seus veículos e suas produções”. (Paiva, 2007, p. 138)

²¹ Urtreras, 1988, p. 29

²² Peruzzo, 1995, p.149

²³ “Processos que favorecem a participação democrática, ativa e autônoma, propiciando, de modo mais completo, o crescimento das pessoas ou das organizações coletivas enquanto sujeito” (Peruzzo, 1998, p. 81).



possuem uma gestão pública, operam sem fins lucrativos e têm programação plural²⁴. Contudo, nem todas as rádios que se encaixam neste perfil podem ser denominadas de comunitária.

São comunitárias as rádios que asseguram a participação plural de amplos segmentos sociais de todos os matizes que compõem uma comunidade, entendida como grupo social, agregado por interesses, vivências e/ou não de um espaço geográfico comum, que participam de forma organizada e decidem coletivamente os caminhos a serem trilhados pelo grupo, tendo voz ativa nos diferentes canais de participação necessários à estruturação da emissora²⁵.

Segundo Silveira²⁶, existem no Brasil cerca de 20 mil rádios comunitárias operando em baixa potência, porém nem todas funcionam com autorização governamental. A legalização das rádios comunitárias está alicerçada na lei 9.612/98, que prevê as finalidades destas emissoras visando o atendimento à comunidade beneficiada, bem como os princípios de sua programação: preferência aos programas cuja finalidade seja artística, cultural, educativa e informativa que propiciem um desenvolvimento da comunidade, promoção das atividades da comunidade, respeito aos valores éticos e sociais, não discriminação social, racial, de credo, política ou sexual, garantir a pluralidade de opiniões nas programações opinativas e informativas, sendo que qualquer cidadão da comunidade poderá emitir a sua opinião.

As rádios comunitárias desempenham um papel substancial no exercício da cidadania, na medida em que trabalham em prol da divulgação e do debate das notícias locais, promovendo um interesse em relação à coisa pública. Assim como, por meio do trabalho neste veículo, pode emergir novas lideranças dentro da comunidade²⁷. Peruzzo²⁸ as define como aquelas caracterizadas por não apresentarem fins lucrativos, com programação comunitária e gestão coletiva, valorizarem a cultura local, estarem comprometidas com a democratização da comunicação e com a construção da cidadania, e serem interativas.

A função destas rádios consiste em promover a consciência crítica, a partir de uma nova configuração de emissores e receptores, mais próxima à realidade de uma

²⁴ Nunes, 2007, p. 107

²⁵ Nunes, 2007, p. 108

²⁶ Silveira, 2001.

²⁷ Silveira, 2001, p. 33

²⁸ Peruzzo, 1998, p. 257



comunidade. Seu conteúdo deve promover a cidadania e valorizar a cultura local²⁹. Assim, o rádio acaba por ajudar no desenvolvimento da comunidade, ao passo que,

Assim, a comunidade ao assumir a tarefa de ser a gestora do processo de comunicação de sua localidade, por meio da radiodifusão comunitária, sensibilizando a comunidade e as autoridades envolvidas que podem ser locais e ou regionais, face aos problemas e às estratégias para a implementação de ações promotoras do desenvolvimento local, podem ser mais bem dirigidas e trabalhadas, maximizando a possibilidade de sucesso³⁰.

O caso da Rádio São Francisco FM

A rádio comunitária São Francisco FM (105,9) está localizada no bairro Jardim Alvorada, em Maringá- PR. O bairro, fundado em 1962, é o maior do município e se divide em três partes, sendo elas: Alvorada I, II e III. Residem nele cerca de 25 mil pessoas segundo o Censo de 2000. O Jardim Alvorada possui biblioteca, duas ATI (Academia da Terceira Idade), corpo de bombeiros, três creches, complexo esportivo, estádio de futebol, delegacia, duas escolas municipais, duas escolas estaduais, nove escolas e pré-escolas particulares, duas entidades assistenciais, dois postos de saúde, salão comunitário e trinta igrejas. Além disso, o bairro possui associação de moradores desde 1983 (Censo 2008).

A Associação de Comunicação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Jardim Alvorada (ASCODECAL) levou sete anos para conseguir a regularização da rádio comunitária São Francisco FM (105,9) que passou a funcionar em outubro de 2002. Sua sede encontra-se nas dependências da paróquia do bairro, que também se chama São Francisco de Assis. A ASCODECAL mantém a rádio por meio de inserções comerciais veiculadas na programação diária e que custam R\$ 1, além de promoções em parcerias com o Centro Comunitário do Jardim Alvorada e com a Igreja. A rádio possui uma ampla abrangência, podendo ser ouvida em mais da metade dos bairros de Maringá, além de municípios vizinhos como Astorga e Sarandi.

A programação da rádio é diária, das 6h às 23h, segundo a pesquisa de Mansano³¹, a programação encontra-se totalmente voltada a temas ligados ao catolicismo:

- Segunda à Sexta :

²⁹ Ruas, 2004

³⁰ Ruas, 2004, p. 91

³¹ Mansano, 2004, p. 147



- 06:00 às 08:00: Sertanejo Raiz
- 08:00 às 14:30: Músicas populares
- 14:30 às 18:00 : Clube do Ouvinte
- 14:00 às 15:00: Novena do Sagrado Coração de Jesus, às quarta feiras transmitido direto da Paróquia São Francisco de Assis.

- 18:00 às 19:00 : Reza do Terço
- 19:00 às 20:00: A voz do Brasil
- 20:00 às 23:00: Programas Religiosos

- Sábado

- 06:00 às 08:00: Sertanejo
- 08:00 às 09:00: Pastoral da Criança
- 09:00 às 10:30: Construindo Cidadania (área jurídica)
- 10:30 às 12:00: Pastoral da Saúde
- 12:00 às 13:30: Música Popular e do Passado
- 13:30 às 15:00: Pastoral da Juventude
- 15:00 às 16:30 Pastoral do Adolescente
- 16:30 às 18:00 Crisma (programa sobre drogas e álcool)
- 18:00 às 23:00: Música Popular

- Domingo

- 06:00 às 07:15: Sertanejo
- 07:15 às 08:00: Palavra da Arquidiocese de Maringá Dom Anuar Batisti
- 08:00 às 09:00: Celebração da Santa Missa , direto da Paróquia São Francisco de Assis.

- 09:00 às 11:00: Música Popular
- 11:00 às 13:00: Pastoral da Família
- 13:00 às 14:30: A Voz da Comunidade- Associação de Bairro
- 14:30 às 18:00: Música Popular
- 18:00 às 23:00: Programas Religiosos

Apesar do grande número de membros da comunidade envolvidos na programação, cerca de 70 voluntários,

a comunidade envolvida na produção da rádio comunitária é tão ligada com a doutrina católica que muitos programas se baseiam em um



mesmo padrão de linguagem e conteúdo e parecem serem produzidos por uma mesma pessoa e para um mesmo grupo³².

Este direcionamento acaba por não permitir uma identificação da grande parte dos moradores com a rádio comunitária. Em entrevista para a realização desta pesquisa, o estudante José Douglas Cardoso, ex-morador do Jardim Alvorada diz que para os residentes do bairro, principalmente os jovens, a rádio é vista como a rádio da Igreja e não se associa o seu conteúdo às necessidades da comunidade. Os ouvintes são pessoas ligadas à paróquia e à Igreja Católica devido ao conteúdo da rádio comunitária São Francisco FM, sendo que o restante dos moradores não sente que o veículo é um instrumento em prol do desenvolvimento do Jardim Alvorada.

Para esta pesquisa foram entrevistados 15 moradores do bairro, dentre os quais 10 alegaram não serem ouvintes da rádio. Para os outros entrevistados foram propostas as seguintes questões:

1. Você ouve a rádio comunitária todos os dias?
2. Você gosta de ouvir a rádio e por quê?
3. O que você ouve na programação da rádio?
4. A rádio aborda questões relacionadas à comunidade? Quais?
5. O que você acha da programação da rádio?
6. Você teria alguma sugestão para a programação da rádio?

A partir da análise das respostas, constatou-se que os cinco entrevistados ouvem a rádio periodicamente e os programas favoritos são a missa e as músicas, sendo que todos alegam gostar da programação e não mudariam nada na programação. O motivo pelo qual se identificam com a rádio está expresso na fala de Teresinha Minholi, dona de casa, 62 anos e há trinta reside no Jardim Alvorada: “A rádio só passa coisa boa pra gente (sic), umas músicas de Igreja”.

Quando questionados sobre a abordagem de temas que envolvam a realidade do bairro, os entrevistados apontaram que a rádio divulga eventos – como festas, bazares e bingos –, campanhas de vacinação, o comércio local e notas de falecimentos, mantendo-os atualizados sobre o que está acontecendo no Jardim Alvorada. Ana Maria Goze da Silva, 50 anos, comerciante e moradora do Jardim Alvorada há 15 anos diz que:

“Você fica bem informado sobre o que acontece no bairro, as programações de festa, coisas que acontecem no centro comunitário.

³² Mansano, 2004, p. 143



A rádio contribui muito para o bairro, fortalece o comércio em si. Você às vezes nem tem conhecimento de algum comércio, de alguma promoção e você ouvindo o rádio, deixa a gente atualizado”.

Ivo Mancenti, 50 anos, contador e morador do Jardim Alvorada há 15 anos ressalta: “Quando tem alguma coisa, eventos ou qualquer coisa assim, desde visita de alguma pessoa ou até um evento que tiver, ela tá (sic) divulgando. Quem ouve, fica por dentro”.

Percebe-se, a partir do estudo das respostas dos entrevistados, que a rádio comunitária São Francisco, ao tratar da comunidade na qual está inserida, faz o papel de prestadora de serviços, realizando uma espécie de boletim informativo sobre os acontecimentos do bairro, não aprofundando questões relativas à realidade e às necessidades diagnosticadas na região. Segundo Paiva³³, este perfil acaba por descaracterizar o veículo comunitário de sua função principal,

O que permite conceituar um veículo comunitário não é sua capacidade de prestação de serviço, e sim sua proposta social, seu objetivo claro de mobilização vinculado ao exercício da cidadania. Por outro lado é inegável que já representa um avanço dispor de veículos que possam dar informações relativas a grupos específicos, ainda que não haja o objetivo de discuti-las e interpreta-las. Trata-se de um avanço em direção à democratização, considerando-se o quadro excessiva concentração dos que detêm os meios de comunicação no mundo. Mas isso não basta para caracterizar um veículo como comunitário.

Ao que tange à programação da rádio comunitária, o espaço destinado à comunidade é infinitamente menor do que aos programas religiosos ou de entretenimento. Das 119 horas semanais que a São Francisco permanece no ar, apenas 1h30 são dedicadas a um programa que, supostamente, deveria discutir os problemas do bairro, “A voz da comunidade”, apresentado por Antônio Carlos Alves da Silva, um dos diretores da rádio. Não existe uma discussão a respeito da realidade e das notícias locais, o que os apresentadores fazem é reproduzir as matérias que foram publicadas na grande mídia. No programa Construindo Cidadania do dia 18 de abril de 2009, o apresentador e advogado Jovi falou do preço dos ingressos da Expoingá 2009, da redução do IPI para os materiais de construção e comenta a alta carga tributária do país. “Se o imposto fosse bem gasto, tudo bem. Mas não é!”, afirma o apresentador. Em seguida, ele apresenta a questão do ex governador do Maranhão, Jackson Lago, da

³³ Paiva, 2003, p.160



sanção da lei que instituiu o seqüestro relâmpago como crime e que onze macacos foram encontrados mortos com suspeita de febre amarela. O programa possui um quadro denominado “cidadania total”, no qual Jovi fala da arrecadação do imposto de renda e informa a nova data e horário para o fim das novas arrecadações. O apresentador menciona ainda a sinopse dos filmes em cartaz na cidade, da comemoração dos cinquenta anos de carreira do cantor Roberto Carlos e por fim chama a apresentadora do programa Saúde e Vida, Flor, que comenta a segunda edição do Jornal do Jardim Alvorada. Os dois passam a falar da associação de moradores e da programação de festas e bingos.

Nota-se que não existe a participação da comunidade em nenhum dos assuntos apresentados. Apesar de alguns pontos discutidos neste programa possam ser de interesse dos moradores do bairro, como a preocupação com o surto de febre amarela em Maringá, não há um debate ou nem mesmo uma preocupação em trabalhar esses temas a partir da realidade local. Mais uma vez, percebe-se o caráter de boletim informativo e de prestação de serviço da emissora, sem haver um caráter comunitário em suas contribuições.

Conclusão

Este trabalho possui como objetivo a discussão da práxis da comunicação comunitária, a partir da análise da rádio comunitária São Francisco FM (105,9) de Maringá – PR e de seus ouvintes. Contudo, não pretendemos apenas apontar erros ou acertos, mas sim contribuir de forma propositiva para os estudos e para as práticas desta área. Entendemos que a comunicação comunitária é um processo que tende ao aperfeiçoamento visando, sobretudo, a construção da cidadania dos sujeitos envolvidos. Apesar de estar no ar há quase sete anos, a Rádio São Francisco FM, não evoluiu neste sentido, como nos apontou os dados coletados nas entrevistas e a análise da programação da emissora.

Verificamos que a rádio São Francisco FM, a partir de sua programação voltada especificamente para um público católico, não consegue construir uma identidade com os moradores do bairro, não contribuindo, assim, para a construção de um sentimento de pertença. A falta de um espaço no qual se discuta a realidade do bairro, conduzindo para uma mobilização social e para a construção da cidadania dos membros da comunidade desvirtua a rádio de seu caráter comunitário.



De acordo com as características da rádio comunitária elencadas por Peruzzo, – a) Sem fins lucrativos; b) É produto da comunidade, que tende a ter um vínculo orgânico com a realidade local; c) Favorece uma programação interativa com a participação direta da população; d) Valoriza e incentiva a produção e transmissão das manifestações culturais local; e) Tem compromisso com a educação para a cidadania no conjunto da programação; f) Democratiza o poder de comunicar –, podemos notar que a Rádio São Francisco FM não preenche a maioria destes requisitos para ser considerada uma rádio comunitária. Tivemos dificuldade em identificar no bairro e nas proximidades da igreja pessoas da comunidade que acompanhassem a programação da emissora. E muito menos a emissora ser referência para a comunidade. Existe, assim, a necessidade de abrir a rádio para uma participação mais efetiva da comunidade, para que ela se torne um veículo comunitário de fato e seja alicerçado por um interesse coletivo e não de uma minoria.

Paulo Freire defende que a partir da realidade vivida pelas pessoas podemos fazê-las entender qual o seu papel na realidade social que a cerca e com a conscientização de que a mudança é possível a partir delas mesmas podemos ter a esperança de que uma sociedade mais justa e igualitária seja construída. Freire acredita na utopia, não como algo impossível de acontecer, mas como algo que precisamos ter em mente e trabalhar para a sua realização. Sem sonho, sem utopia tudo já estaria terminado.

Referências Bibliográficas

BORDENAVE, Juan Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Cortez, 1983.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.

DELIBERADOR, Luzia M. Y.; VIEIRA, Ana C. R. **Comunicação e educação para a cidadania em uma Cooperativa de Assentamento do MST**. Trabalho apresentado ao NP Comunicação para a Cidadania. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, promovido pela INTERCOM e realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, de 5 a 9 de setembro 2005.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MACIVER, R.M. & PAGE, Charles. Comunidade e sociedade como níveis de organização social. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade**. São



Paulo: Nacional, 1973. v.1, p.117-131

MANSANO, Fábio Augusto. **Para uma leitura crítica das rádios comunitárias**. Trabalho de Conclusão de Curso. Londrina: UEL, 2004.

MARCONDES FILHO. Ciro. **Quem manipula quem?** : poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **Comunicação Comunitária**. Anais do I Encontro da ULEPICC-Brasil. Rio de Janeiro: ULEPICC, 2006.

NUNES, Márcia Vidal. Rádios Comunitárias: exercício da cidadania nos Movimentos Sociais. In: In: PAIVA, Raquel. (org). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 95 – 118.

PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a Comunicação Comunitária. In: _____ (org) . **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 133-148.

_____. **O espírito comum** – comunidade, mídia e globalismo. 2.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PERUZZO, Cicília M. K. Comunidades em tempo de redes. In: COGO, Denise; KAPLÚN, Gabriel; _____ (org). **Comunicação e movimentos populares: quais redes?** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2002. p. 275-298.

_____. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. PCLA: Revista Pensamento Comunicacional Latino-Americano. São Bernardo do Campo: UMESP/Cátedra Unesco, n.1 out/nov/dez.2002.

_____. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Pistas para o Estudo e a Prática da Comunicação Comunitária Participativa. In: _____ (org). **Comunicação e Cultura Populares**. São Paulo: Intercom, 1995. p. 143 – 163.

_____. Rádio Comunitária, Educomunicação e Desenvolvimento. In: PAIVA, Raquel. (org). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 69 – 92.

RUAS, Claudia Mara Stapani. **Rádio Comunitária: uma estratégia para o desenvolvimento local**. Campo Grande: UCDB, 2004.



SILVEIRA, Paulo Fernando. **Rádios Comunitárias**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SCHERER-WARREN. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Oriola, 1993

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In:
FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade** . São Paulo: Nacional, 1973. v.1.
p.96-116.

UTRERAS, Jorge Merino. **Comunicación popular alternativa y participatoria**.
Quito: CIESPAL, 1988. Manuales didácticos.